

Psicologia da saúde ocupacional: uma revisão integrativa

Mary Sandra Carlotto
Sheila Gonçalves Câmara
Ana Claudia Braun
Sandra Spindler Rodriguez
Liciane Diehl

Resumo: Trata-se de um estudo de revisão integrativa de artigos científicos publicados no Brasil sobre a temática da Psicologia da Saúde Ocupacional, no período de 2001 a 2012, nas duas revistas cujas publicações destinam-se exclusivamente à área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, disponíveis na base de dados Pepsic: Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho e Revista Psicologia: Organizações e Trabalho. Dos 289 artigos publicados, foram identificados 91 (31%) que atenderam aos critérios de inclusão, ou seja, uma das suas variáveis de estudo é o campo da saúde ocupacional. Utilizou-se, para a análise dos artigos, as seguintes categorias: ano de publicação; contexto; tipo de estudo; tipo de trabalhador; zona do estudo; região; tipo de amostra e intervenção. Verificou-se a predominância de artigos de delineamento qualitativo (53%), com trabalhadores de nível operacional (80%) e sem indicações para possíveis intervenções. A maior concentração de publicações foi na região Sudeste do Brasil (37%), nos anos de 2009 (17%) e 2012 (18%). Sugere-se a ampliação de estudos no campo da saúde ocupacional, principalmente, estudos quantitativos e epidemiológicos com amostras representativas e inclusão de implicações práticas.

Palavras-chave: Psicologia da Saúde Ocupacional, Saúde do Trabalhador, Revisão Integrativa.

Occupational health psychology in Brazil: An integrative review

Abstract: The study is an integrative review of scientific articles published in Brazil about Occupational Health Psychology between 2001 and 2012 in two journals in the field of Organizational Psychology of Work available in Pepsic database: Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho and Revista Psicologia: Organizações e Trabalho. Of the 289 published articles, 91(31%) met the inclusion criterion, namely, that one of the variables in the study is situated within the thematic of occupational health. The following categories were used to analyze the articles: year of publication; context; type of study; type of worker; zone of study; region; type of sample, and intervention. It was identified a predominance of articles from a qualitative approach (53%), with operational workers (80%) and with no indication for interventions. Most of the articles are publications from the Southeast of Brazil (37,0%), within the years of 2007 (17%) and 2012 (18%). We point out the need for more studies in the field of occupational health, especially those focusing on quantitative and epidemiological research with representative samples, as well as the inclusion of practical implications.

Keywords: Occupational Health Psychology, Worker Health, Integrative review.

Introdução

As transformações do mundo do trabalho, ocorridas a partir do final dos anos de 1990, decorrentes das pressões econômicas da globalização, inovações tecnológicas e do crescimento do setor de serviços, têm aumentado as exigências sobre os trabalhadores (Ferreira & Mendonça, 2012). A força física, característica do trabalho

industrial, cede lugar às competências cognitivas, e os objetivos principais do processo de trabalho são o acúmulo de conhecimentos e a criatividade intelectual (Hypolito & Grishcke, 2013).

Em decorrência disso, as repercussões psíquicas do trabalho passam a protagonizar discussões nos âmbitos acadêmico, científico e governamental, visto que o trabalho pode gerar agravos na saúde do trabalhador (Souza, 2013). Neste sentido, surge a necessidade de um novo olhar no tocante à saúde do trabalhador que enfatize a prevenção e o diagnóstico da organização do trabalho a partir da análise dos aspectos do contexto laboral (Vasques-Menezes, 2012). O atual contexto de trabalho altera as múltiplas determinações da saúde do trabalhador e exige um redimensionamento dos conhecimentos e das ações nesta área que contemple as diferentes manifestações que emergem da relação do trabalho *versus* saúde-doença (Amazarray, Câmara, & Carlotto, 2014). Hoje, consideram-se como premissas fundamentais a relação entre os processos de trabalho em suas dimensões social e técnica e os processos saúde-doença de coletivos de trabalhadores (Minayo-Gomez & Lacaz, 2005).

Coerentemente com as alterações do trabalho na sociedade pós-industrial, no final dos anos de 1990, delineia-se um novo ramo da Psicologia, da saúde ocupacional, que busca fomentar a qualidade de vida no trabalho, bem como proteger e promover a segurança, a saúde e o bem-estar dos trabalhadores (*National Institute for Occupational Safety and Health – NIOSH*, 2008). Sua origem e desenvolvimento estão vinculados ao aparecimento de novos riscos de saúde ocupacional, especialmente àqueles de ordem psicossocial e à crescente conscientização sobre a importância de sua prevenção (Coelho, 2008). A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1999, passou a dedicar especial atenção à atividade laboral e a todos os aspectos relativos à qualidade de vida no trabalho, por entender que esta é uma das formas de promoção da saúde mental.

A Psicologia da Saúde Ocupacional (PSO) foi impulsionada pelas ações do *National Institute of Occupational Safety & Health* (NIOSH) e da *American Psychological Association* (APA), as quais incluem: a) a realização de conferências internacionais sobre o tema do trabalho, estresse e saúde; b) a constituição da Sociedade de Psicologia da Saúde Ocupacional (SOHP); c) a criação do *Journal of Occupational Health Psychology*; e, d) o lançamento de formação em nível de pós-graduação para a capacitação de profissionais e docentes.

A agenda da PSO volta-se para a pesquisa e intervenção em questões de segurança e saúde ocupacional, estresse e fatores de risco organizacionais, intervenções organizacionais, programas de assistência ao trabalhador e práticas em saúde pública (NIOSH, 2013) a partir de um modelo ecológico. Nesse, a organização do trabalho constitui-se de três níveis: 1. Contexto externo, incluindo aspectos econômicos, legais, políticos e demográficos; 2. Contexto organizacional, relativo às estruturas de gestão, políticas de supervisão e aos métodos de produção; e, 3. Contexto do trabalho, abarcando o clima e a cultura, tarefas e aspectos relacionais do trabalho (NIOSH, 2008). Kang, Staniford, Dollard e Kompier (2008) acrescentam a esses níveis os fatores individuais, dessa forma, abrangendo características de personalidade, diferenças individuais, estratégias de *coping*, motivação, características sociodemográficas e interação trabalho-família.

No Brasil, a PSO desenvolveu-se paralelamente à produção do conhecimento em temas relacionados à saúde do trabalhador. Atualmente, apresenta-se como uma área emergente que vem se consolidando com temáticas da saúde ocupacional (Silva & Mendonça, 2013; Vieira, Beck, Dissen, Camponogara, Gobatto, & Coelho, 2013). A aproximação com a saúde do trabalhador ocorreu mediante a inserção da pesquisa pela via sindical e por meio dos serviços de saúde pública. Estas duas formas de inserção organizaram-se em dois eixos temáticos, o do planejamento em saúde e o da pesquisa de processos de trabalho com vistas a explicar o sofrimento, as doenças, os acidentes de trabalho e os modos construídos pelos trabalhadores para lidarem com os riscos ocupacionais (Sato, Lacaz, & Bernardo, 2006).

Nesse contexto, duas ocorrências sociais foram importantes para o estabelecimento da PSO no Brasil, a VIII Conferência Nacional de Saúde e a 1ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, consolidadas na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei Orgânica da Saúde de 1990. A partir disso, verifica-se um processo de disseminação institucional da Saúde do Trabalhador no SUS com a expansão dos Programas de Saúde do Trabalhador e dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Santana & Silva, 2009), que possibilitaram a valorização dos saberes compartilhados por categorias profissionais para proporem ações integradas e interdisciplinares na área de saúde ocupacional (Lacaz, 2007).

Outro ponto que merece destaque foi a criação do manual “Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde”, publicado pelo Ministério da Saúde (2001), com o objetivo de orientar os profissionais dos serviços de saúde acerca dos procedimentos de assistência, prevenção e vigilância da saúde dos trabalhadores. E também buscou possibilitar a caracterização das relações da doença com o trabalho ou a ocupação. Esse manual entende o trabalho como mediador de integração social, seja como forma de subsistência, seja pelo aspecto cultural/simbólico, com destaque para a sua importância na constituição da subjetividade, no modo de vida e, portanto, na saúde física e mental do trabalhador. Neste sentido, ressalta a contribuição do trabalho para as alterações da saúde mental das pessoas a partir de ampla gama de aspectos, que vai desde fatores pontuais, como a exposição a determinado agente tóxico, até a complexa articulação de fatores relativos à organização do trabalho, como a divisão e o parcelamento das tarefas, as políticas de gerenciamento das pessoas e a estrutura hierárquica organizacional.

Embora ganhe relevância no mundo do trabalho, a PSO permanece como um campo de produção do conhecimento ainda bastante inexplorado (Briner, 2012) e, ao ser comparada a outras áreas da Psicologia, ocupa um lugar secundário (Campos, Duarte, Cezar, & Pereira, 2011). Uma maneira de dar maior visibilidade à construção do conhecimento em saúde ocupacional é por meio da investigação de estudos já existentes, processo esse viabilizado pela produção de estudo de revisão integrativa. Esse método objetiva sintetizar e analisar o conhecimento produzido, permitindo ao leitor avaliar a pertinência dos procedimentos utilizados (Botelho, Cunha, & Macedo, 2011). Além disso permite mapear novas necessidades de pesquisa e apontar pontos inexplorados da produção científica. Na área da PSO, estudos dessa natureza podem

contribuir para uma prática da produção do conhecimento baseada em evidências (Briner, 2012).

Neste sentido, o estudo em foco tem o objetivo de sintetizar e avaliar o estado da arte da produção científica nos dois periódicos com escopo exclusivo no campo da PSO. Busca, ainda, identificar quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados neste campo de conhecimento, quais suas lacunas e, por fim, propor uma agenda de pesquisa para novos estudos.

Método

O processo de busca bibliográfica foi realizado em janeiro de 2013, nas duas revistas específicas da área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, pertencentes à base de dados Pepsic: Cadernos de Psicologia Social e Trabalho e Revista de Psicologia-Organizações do Trabalho. Foram analisados integralmente os artigos publicados e disponibilizados no período de 2001/2012, tempo que coincide com a primeira edição da Revista de Psicologia: Organizações e Trabalho. Foram identificados 289 artigos e 91 (31%) atenderam ao critério de inclusão de possuir em seu escopo objetivos e variáveis voltados para o campo da PSO. Após a leitura e análise, foram adotadas as categorias utilizadas em estudo similar realizado por Kang et al. (2008). As categorias são: 1. Nível contextual (contexto externo, contexto organizacional, contexto do trabalho, fatores individuais); 2. Tipo de estudo (quantitativo, qualitativos, teórico, misto, relato de experiência); 3. Participantes (administrativo/técnico, operacional, em situação de desemprego); 4. Região do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul); 5. Existência de proposta de orientação para intervenção (sim, não); e, 6. Ano do estudo. Além destas, neste estudo, as autoras acrescentaram as categorias 7. Tipo de amostra (probabilística, não probabilística) e 8. Zona do estudo (urbana, rural).

As classificações foram realizadas por dois pesquisadores, autores deste estudo, de forma independente e, posteriormente, comparadas. Após, elas foram encaminhadas a dois juízes, psicólogos-pesquisadores com conhecimento do tema, para a verificação da fidedignidade das categorizações realizadas pelos pesquisadores a fim de evitar possíveis vieses (Belei, Gimenez-Paschoal, Nascimento & Matsumoto, 2008).

Resultados e discussão

Os resultados evidenciaram que 31%, dos 289 artigos publicados no período investigado, atenderam ao critério de inclusão. A Tabela 1 apresenta os resultados a partir das categorias de análise propostas no estudo.

Tabela 1 – Distribuição da produção por categoria de análise.

Categorias	N	%
Ano do estudo		
2001	1	1
2002	4	4
2003	5	5
2004	4	4
2005	3	3
2006	9	10
2007	8	9
2008	9	10
2009	15	17
2010	8	9
2011	9	10
2012	16	18
Contexto		
Contexto organizacional	22	24
Contexto de trabalho	49	54
Nível individual	13	14
Tipo de estudo		
Quantitativo	14	16
Qualitativo	48	53
Teórico	23	25
Misto	4	4
Relato de experiência	2	2
Participantes		
Executivos	5	5
Operacionais	72	80
Em situação de desemprego	5	5
Não referido	9	10
Tipo de amostra		
Probabilística	2	2
Não probabilística	53	58
Não referido	36	40
Região		
Norte	3	3
Nordeste	5	5
Centro-Oeste	8	9
Sudeste	33	37
Sul	12	13
Inter-Região	2	2
Não referido	28	31
Zona do estudo		
Urbana	64	71
Rural	3	3
Não referido	24	26
Intervenção		
Sim	3	3
Não	81	89
Não referido	7	8

Ainda que revelando alguma instabilidade ao longo dos anos, constatou-se um crescimento no número de artigos publicados. Alguns processos sociais, nesse resultado, podem ter contribuído para isso. Em 2004, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho, assim, expandindo a possibilidade de debates, divulgação, intercâmbio de conhecimentos e práticas em contextos ocupacionais, entre eles, a saúde do trabalhador (Leal, Aguilera & Melo-Silva, 2011). Em concomitância, a 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, ocorrida em maio de 2005, fortaleceu a mobilização de órgãos e entidades que se propuseram a discutir e pensar acerca do aprimoramento das políticas públicas de saúde ocupacional (Ministério da Saúde, 2011).

Nesse sentido, verificou-se um maior volume de publicações a partir de 2006. E é possível que isso se deva ao aumento de programas de pós-graduação em Psicologia no Brasil e ao crescimento do número de centros de pesquisa cadastrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em saúde do trabalhador (Santana, 2006).

O interesse no estudo em temáticas de saúde do trabalhador é, segundo Jacques (2007), decorrente da visibilidade do vínculo entre trabalho e adoecimento psíquico. Há, ainda, a mobilização de categorias profissionais da saúde na melhoria das políticas públicas e garantia dos direitos humanos. Para a Psicologia, era importante a elaboração de um documento que concretizasse avanços em Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública, iniciativa materializada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia. O documento aborda marcos da saúde do trabalhador, aspectos legais, bem como informa sobre a atuação do psicólogo na área e seus aspectos éticos e políticos relacionados. Além disso, faz referência à formação do psicólogo nesse campo (CREPOP, 2008).

A análise das categorias do modelo ecológico de organização do trabalho, na perspectiva do NIOSH (2008), evidencia que o tipo de contexto de investigação que contemplou maior número de publicações foi o do trabalho, o qual inclui clima organizacional, cultura, tarefas e aspectos relacionais, totalizando mais da metade dos artigos analisados. Tal resultado pode ter sido influenciado pelo movimento iniciado na década de 1990, quando a Psicologia passa a adotar um enfoque mais amplo e sistêmico das relações de trabalho.

O ambiente laboral passou a ser considerado como um sistema de elementos inter-relacionados e dinâmicos, contemplando as interações entre o indivíduo e a organização (Coelho-Lima, Costa & Yamamoto, 2011). Assim, observa-se um incremento expressivo de estudos que se propõem a investigar as implicações da relação entre as variáveis individuais e ambientais na saúde do trabalhador. Entre elas, clima, motivação, satisfação e produtividade foram as estudadas (Bastos, França, Pinho & Pereira, 1997).

Em contrapartida, os contextos menos estudados e relacionados à saúde são o externo (fatores econômicos, legais, políticos e demográficos) e o organizacional (gestão, políticas de supervisão e métodos de produção), resultado também encontrado no estudo de Kang et al. (2008). Uma particularidade é que estudos para abarcar estas variáveis, geralmente, requerem maiores recursos financeiros e humanos e tempo de execução.

Quanto à categoria profissional/ocupacional do trabalhador em estudo, a grande concentração dos estudos foi de nível operacional (80%). Pode-se pensar que isso

ocorre devido às origens do campo de estudo da saúde do trabalhador, em que se busca conhecer e intervir nas relações de trabalho, saúde e doença na classe operária industrial (Lacaz, 2007). Ainda, a maximização social da importância do trabalho deu-se a partir de atividades ligadas à industrialização, sendo este, durante muito tempo, o cenário de estudos e aplicação dos conceitos psicológicos (Bendassolli, 2011; Gondim, Borges-Andrade, & Bastos, 2010).

A região Sudeste foi a que apresentou maior número de produções (37%), seguida da região Sul (13%). Revisão de produção científica sobre a Psicologia Organizacional e do Trabalho realizada por Coelho-Lima et al. (2011) também encontrou maior concentração de estudos de saúde ocupacional nestas regiões. De acordo com Zanella e Titon (2005), essas são as de maior concentração de programas de pós-graduação. Além disso, a região Sudeste abriga três importantes metrópoles, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, assim, é a mais populosa e rica do Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010).

A zona urbana foi a que representou maior número de artigos produzidos (71%), resultado também encontrado em estudo de revisão sistemática publicado nos EUA, por Kang, et al. (2008). Segundo os autores, esse universo é o mais explorado pelos pesquisadores, apesar de 51,3% da população mundial estarem concentrados na zona rural. Esse fenômeno pode estar relacionado, também, à grande concentração de indústrias e trabalhadores na zona urbana, caracterizando-a como uma área de efervescência dos fenômenos associados ao trabalho. Há, ainda, que se considerar a maior facilidade de acesso pelas universidades e de obtenção de amostras para pesquisa (Gondim, et al. 2010).

Quanto ao tipo de estudo adotado, houve predominância dos estudos qualitativos (53%) e, em relação às amostras, destacaram-se as não probabilísticas (58%). Historicamente, a construção metodológica de investigação nas Ciências Humanas é vinculada ao método qualitativo, propondo-se entender em profundidade um número reduzido de fenômenos grupais e individuais (Turato, 2005). Pode-se pensar que a formação do Psicólogo ainda pauta-se na abordagem clínica, pela qual as questões estruturais e o modo de produção capitalista são minimamente investigados (Günther, 2006; Paulin & Luzio, 2009). Segundo os autores, o objetivo centra-se em explorar e compreender aspectos subjetivos do comportamento humano, para o que a metodologia qualitativa é mais apropriada. Isso se reflete também no elevado percentual de utilização de amostras não probabilísticas.

A escassa produção de estudos com método quantitativo, observada nesta pesquisa, é uma importante lacuna na produção. É possível que isso se deva ao fato de que só recentemente a Psicologia tem se aproximado da Saúde Pública. Área essa que investiga prioritariamente os fenômenos epidemiológicos, de prevalência, fatores de risco, com método sustentado por mensurações e inferências estatísticas (Turato, 2005).

Em relação à proposta de intervenção, verificou-se que 81 artigos (89%) não apresentaram implicações para a prática. Resultado semelhante ao encontrado por Kang et al. (2008), que ressaltam a necessidade dos estudos contemplarem, a partir dos seus resultados, as implicações para a prática. A quase ausência de intervenções nos estudos fortalece a fragmentação do conhecimento no qual se estabelece que o interesse pela

pesquisa pertence ao espaço acadêmico, enquanto, ao mundo do trabalho, cabe a ação e a prática. A produção do conhecimento dissociada de sua aplicabilidade não contribui para o desenvolvimento de evidências nem conduz a PSO a desempenhar seu papel de agente de mudança e promotor de saúde (Briner, 2012). Bleger (1984) reforça tal concepção de pesquisa ao declarar que a prática é o núcleo central e vital da ciência e que a investigação científica não tem lugar acima ou fora da prática, mas sim dentro de seu curso.

Considerações finais

Estudos de revisão integrativa são importantes para reconhecer os avanços e limites na produção do conhecimento a respeito de um determinado tema de estudo. É este conhecimento que permite a identificação de problemáticas significativas para a pesquisa e ampliação dos conhecimentos em um dado campo (Peixoto, 2007).

A análise da produção científica realizada revela que o conhecimento acerca da PSO, embora com alguma instabilidade, assinalou crescimento ao longo dos 12 anos investigados. Apesar de a PSO ocupar um espaço de maior visibilidade na última década, ainda apresenta questões a serem investigadas. Assim, há um amplo cenário de possibilidades aberto aos pesquisadores que direcionam suas publicações para os dois periódicos analisados.

É importante destacar, como uma limitação do estudo, o fato de que foram investigados estudos de apenas dois periódicos e, somente, a partir de 2001, de maneira que artigos publicados em outros periódicos e antes desse período poderiam contemplar dados relevantes de análise. Outra limitação foi a impossibilidade de analisar integralmente algumas categorias propostas, tendo em vista as omissões detectadas nas categorias participantes, regiões, intervenção, tipo de amostra e zona de estudo.

Sugere-se a composição de uma agenda de estudos na qual se incluam as categorias de contexto externo e organizacional do trabalho, de contexto rural e de trabalhadores de nível gerencial/administrativo e trabalhadores em situação de desemprego. Quanto ao método, os estudos analisados apontam a necessidade de ampliação de pesquisas quantitativas, de delineamento epidemiológico, com amostras probabilísticas na área da PSO. Isso possibilitará à PSO a investigação de dados populacionais que potencializarão ações dirigidas à prevenção e promoção de saúde ocupacional (Pereira, 1995; Szklo & Javier, 2000; Brinner, 2012). Tal abordagem pode contribuir, também, para maior conhecimento no tocante à saúde do trabalhador nas diferentes regiões do Brasil.

Referências

- Amazarray, M. R., Câmara, S. G., & Carlotto, M. S. (2014). Investigação em saúde mental e trabalho no âmbito da saúde pública no Brasil. In: A. R.C. Merlo, C. Bottega & K.V. Perez. (Org.), *Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho*. Porto Alegre: Evangraf.
- Bastos, A. V. B., França, A., Pinho, A. P. M., & Pereira, L. (1997). Pesquisa em comportamento organizacional no Brasil: o que foi divulgado nos nossos periódicos científicos? [Resumo]. In Sociedade Interamericana de Psicologia (Ed.), *Anais XXVI*

- Congresso Interamericano de Psicologia*. São Paulo, SP: Sociedade Interamericana de Psicologia.
- Belei, R. A., Gimenez-Paschoal, S. R., Nascimento, E. N., & Matsumoto, P. H. V. R. (2008). O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação*, 30, 187-1999.
- Bendassolli, P. F. (2011). Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. *Revista Psicologia & Sociedade*, 23(1), 75-84.
- Bleger, J. (1984). *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Briner, R. B. (2012). Evidence-based practice and occupational health psychology. In J. Houdmont, S. Leka, & R. Sinclair (Eds.), *Contemporary occupational health psychology: global perspectives on research and practice*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Brasil. Ministério da Saúde do Brasil (2011) *Trabalhar sim! Adoecer Não!: o processo de construção e realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde de Trabalhador: relatório ampliado da 3ª CNST*. Brasília, DF. Acesso em: 24 de agosto de 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/trabalhar_sim_adoecer_ao.pdf>.
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade* 5(11), 121-136.
- Campos, K. C. de L., Duarte, C., Cezar, É. de O., & Pereira, G. O. de A. (2011). Psicologia organizacional e do trabalho – retrato da produção científica na última década. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4), 702-717.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2008). *Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para a atuação do(a) psicólogo(a)*. Acesso em: 25 de agosto de 2013. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/saude_do_trabalhador_COMPLETO.pdf>.
- Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2011). O exercício profissional do psicólogo do trabalho e das organizações: uma revisão da produção científica. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 11(2), 21-35.
- Coelho, J. A. (2008). *Uma introdução à psicologia da saúde ocupacional: prevenção dos riscos psicossociais no trabalho*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Ferreira, M. C., & Mendonça, H. (Orgs.). (2012). *Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gondim, S. M. G., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2010). Psicologia do trabalho e das organizações: produção científica e desafios metodológicos. *Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 84-99.
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-209.
- Hypolito, A. M., & Grishcke, P. E. (2013). Trabalho imaterial e trabalho docente. *Educação Santa Maria* 38(2), 507-522.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. IBGE. Acesso em: 12 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>>.

- Jacques, M. G. (2007). O nexos causal sem saúde/doença no trabalho: uma demanda para a Psicologia. *Revista Psicologia e Sociedade*, 19(spe), 112-119.
- Kang, S. A., Staniford, A., Dollard, M. F., & Kompier, M. (2008). Knowledge development and content in occupational health psychology: a systematic analysis of the Journal of Occupational Health Psychology and Work and Stress 1996-2006. In J. Houdmont, & S. Leka (Eds.), *Occupational Health Psychology: European perspectives on research, education, and practice*. England: Nottingham University Press.
- Lacaz, F. A. C. (2007). O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(4), 757-766.
- Leal, M. de S., Aguilera, F., & Melo-Silva, L. L. (2011). Revista Psicologia: Organizações e Trabalho – uma década de sua produção científica em análise. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 11(2), 6-20.
- Minayo-Gomez, C., & Lacaz, F. A. C. (2005). Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 797-807.
- Ministério da Saúde do Brasil. (2001). Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde / Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil*; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil.
- National Institute for Occupational Safety and Health. (2008). *Occupational Health Psychology (OHP)*. Recuperado em: 23 julho 2013, de <<http://www.cdc.gov/niosh/topics/ohp/>>.
- National Institute for Occupational Safety and Health. (2013). *Workplace Safety & Health Topics*. Acesso em: 11 julho 2013. Disponível em: <<http://www.cdc.gov/niosh/topics/>>.
- Organização Mundial da Saúde (1999). *Strengthening mental health promotion*. Acesso em: 20 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.who.int/inf-fs/em/fact220.html>>.
- Paulin, T., & Luzio, C. A. (2009). A Psicologia na Saúde Pública: desafios para a atuação e formação profissional. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 98-109
- Peixoto, E. (2007). Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI – alguns apontamentos. *Educação e Sociedade*, 28(99), 561-586.
- Pereira, M. G. (1995). *Epidemiologia – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Santana, V. S. (2006). Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. *Revista de Saúde Pública*, 40(spe), 101-111.
- Santana, V. S., & Silva, J. M. (2009). Os 20 anos da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde do Brasil: limites, avanços e desafios. In Brasil. Ministério da Saúde, *Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Saúde Brasil 2008: 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde (Série G. Estatística e Informação em Saúde).
- Sato, L., Lacaz, F. A. de C., & Bernardo, M. H. (2006). Psicologia e saúde do trabalhador: práticas e investigações na Saúde Pública de São Paulo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 11(3), 281-288.

- Silva, M. R. M.S, & Mendonça, H. (2013). (In)satisfação dos valores laborais e estresse: análise de um modelo moderacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(1), 41-49.
- Souza, W. F. de. (2013). Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho: o que a psicologia te a dizer e a contribuir para a saúde de quem trabalha? *Fractal, Revista de Psicologia*, 25(1), 99-108.
- Szklo, M., & Javier, F. N. (2000). Basic study designs in analytical epidemiology. In M. Szklo, & F. N. Javier, *Epidemiology: beyond the basics*. Gaithersburg: Aspen Publishers Inc.
- Turato, E. R. (2005). Métodos quantitativos e qualitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 39(3), 507-514.
- Vasques-Menezes, I. (2012). Saúde do trabalhador: uma breve sistematização. In M. C. Ferreira, & H. Mendonça (Orgs.), *Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais* (pp.63-77). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vieira, T. G., Beck, C. L. C., Dissen, C. M., Camponogara, S., Gobatto, M., & Coelho, A. P. F. (2013). Adoecimento e uso de medicamentos psicoativos entre trabalhadores de enfermagem de unidades de terapia intensiva. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 3(2), 205-214.
- Zanella, A. V., & Titon, A. P. (2005). Análise da produção científica sobre criatividade em programas brasileiros de pós-graduação em psicologia (1994-2001). *Psicologia em Estudo*, 10(2), 305-316.

Recebido em: maio de 2017

Aprovado em: agosto de 2017

Mary Sandra Carlotto : Psicóloga; Mestre em Saúde Coletiva (ULBRA-RS); Doutora em Psicologia Social (USC/ES); Professora da Faculdade de Psicologia e do PPG em Psicologia (PUCRS). Bolsista produtividade do CNPq.

Sheila Gonçalves Câmara: Psicóloga; Mestre e Doutora em Psicologia (PUCRS). Docente da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Ana Claudia Braun: Psicóloga; Mestre em Psicologia (PUCRS). Doutoranda em Psicologia (PUCRS); Docente da Unilasalle.

Sandra Spindler Rodriguez: Psicóloga; Mestre em Psicologia (PUCRS). Doutoranda em Psicologia (PUCRS); Docente da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS).

Liciane Diehl: Psicóloga; Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas (UNIVATES); Mestranda em Psicologia Social (PUCRS); Professora das Faculdades de Psicologia, Administração e Ciências Contábeis (UNIVATES).

Endereço para contato: mscarlotto@gmail.com